



O CAMPO LITERÁRIO TRANSNACIONAL ENTRE O (INTER)- NACIONALISMO E COSMOPOLITISMO¹

*THE TRANSNATIONAL LITERARY FIELD BETWEEN (INTER)-
NATIONALISM AND COSMOPOLITANISM*

*EL CAMPO LITERARIO TRANSNACIONAL ENTRE (INTER)
NACIONALISMO Y COSMOPOLITISMO*

Gisèle Sapiro²

RESUMO

Vários fatores externos e internos moldam e condicionam o campo literário: educação, o mercado de livros, o Estado-nação, movimentos políticos, organizações internacionais (como a UNESCO), e autoridades específicas, como premiações. Esses fatores são examinados neste artigo em diferentes escalas espaciais: “internacional”, “transnacional”, “global”, “mundial”, “cosmopolita”, que são definidos na primeira seção do artigo, a fim de identificar os agentes que participam da formação e funcionamento do campo literário nesses diferentes níveis e, assim, nos permitir compreender melhor os mecanismos de mudança de escala. Três períodos são então examinados: a era do “inter-nacionalismo”, que vai do final do século dezanove à Segunda Guerra Mundial, o período de políticas “desenvolvimentistas”, durante o qual as fronteiras do campo literário transnacional foram ampliadas além do mundo ocidental, e a era da “globalização”.

PALAVRAS-CHAVE: Campo literário, Globalização, Internacionalização, Nacionalização, Transnacionalização.

ABSTRACT

Various external and internal factors shape and condition the literary field: education, the book market, the nation state, political movements, international organizations (like UNESCO), and specific authorities such as prizes. These factors are examined in this article at different spatial scales: “international,” “transnational,” “global,” “world,” “cosmopolitan,” which are defined in the first section of the article in order to identify the agents that participate in the formation and functioning of the literary field at these different levels, and thus enable us to better understand the mechanisms of scale-shifting. Three periods are then examined: the era of “inter-nationalism,” running from the end of the nineteenth century to the Second World War; the period of “developmental” policy, during which the borders of the transnational literary field were extended beyond the Western world, and the era of “globalization.”

KEYWORDS: *Literary field, Globalization, Internationalization, Nationalization, Transnational.*

1 Este artigo foi publicado originalmente em inglês - “The Transnational Literary Field between (Inter)-nationalism and Cosmopolitanism” - em 2020 no *Journal of World Literature*. A autora agradece a Ana Beatriz Matte Braun pela tradução e a Marcello G. P. Stella pela revisão técnica do presente artigo.

2 Diretora de pesquisas no CNRS e diretora de estudos na EHESS (CESSP – Centro Europeu de Sociologia e Ciência Política), gisele.sapiro@ehess.fr



RESUMEN

Diversos factores externos e internos moldean y condicionan el campo literario: la educación, el mercado del libro, el estado nación, los movimientos políticos, las organizaciones internacionales (como la UNESCO), y autoridades específicas, como los premios. Estos factores se examinan en este artículo en diferentes escalas espaciales: “internacional”, “transnacional”, “global”, “mundial”, “cosmopolitas”, que se definen en el apartado primero del artículo para identificar los agentes que participan en la formación y en el funcionamiento del campo literario en estos diferentes niveles. El trazado permítenos comprender mejor los mecanismos de cambio en las escalas. Luego después, se examinan tres periodos: la era del “internacionalismo”, que va desde finales del siglo XIX hasta la Segunda Guerra Mundial, el período de las políticas de desarrollo, durante el cual se ampliaron las fronteras del campo literario transnacional más allá del mundo occidental, y la era de la “globalización”.

PALABRAS-CLAVE: *Campo literario, Globalización, Internacionalización, Nacionalización, Transnacional.*

Introdução

Abordagens transnacionais têm se desenvolvido desde a década de 1990 como resultado da crítica do “nacionalismo metodológico” (BECK, 2007; WIMMER, SCHILLER, 2002). Contudo, a perspectiva nacional se opõe alternativamente às noções de “internacional”, “transnacional”, “global”, “mundial”, “cosmopolita”, sendo que todos esses conceitos nem sempre são rigorosamente definidos e diferenciados. Algumas definições preliminares são, portanto, necessárias para distinguir os usos desses conceitos para a história e sociologia da literatura. Como veremos, o nacional não necessariamente se opõe a cada um desses termos. O uso dessas noções precisa ser historicizado e contextualizado em diferentes configurações sociais e políticas (ARMITAGE, 2014). Elas funcionam como o que chamo de “operadores axiológicos”, que incluem noções como “desinteresse”, “civilização”, “liberdade”, dando aos sistemas de oposições culturais seu “sentido” na dupla aceitação de significado e orientação espacial – nesse caso, para cima e para baixo, ou seja, válido e não válido (SAPIRO, 2004). A eficácia social de tais operadores vem de sua capacidade de unificar simbolicamente sistemas de classificação ou tipos heterogêneos de hierarquias de valor e ordens institucionais. Eles, portanto, desempenham um papel nas lutas das hierarquias culturais e nos processos de aumento ou redução da autoridade literária.

Considerar essas definições nos ajuda a identificar os agentes que participam do surgimento e funcionamento do campo literário nos níveis nacional, internacional, transnacional e global, e assim entender melhor os mecanismos de mudança de escala. A autonomia do campo literário é sempre relativa e pode variar de acordo com restrições externas, ou seja, restrições religiosas, políticas, econômicas e sociais (BOURDIEU, 1993; BOURDIEU, 1996). Essas restrições serão consideradas aqui a partir de uma perspectiva transnacional em diferentes escalas espaciais (SAPIRO, 2018; SAPIRO, 2016). Vou analisar os fatores que moldam e condicionam o campo literário transnacional e que favorecem ou dificultam sua unificação. Esses fatores são a educação, o mercado de livros, o Estado-nação, os movimentos políticos, organizações internacionais

(UNESCO), e autoridades específicas do campo transnacional (como o Prêmio Nobel). Esses fatores estão imbricados, mas tentarei distingui-los e estabelecer sua temporalidade.

Após as definições preliminares, serão examinados três períodos: a era do “inter-nacionalismo”, que vai do final do século dezanove até a Segunda Guerra Mundial, o período da política “desenvolvimentista”, durante o qual as fronteiras do campo literário transnacional foram estendidas para além do mundo ocidental, e a era da “globalização”. Internacionalismo significa que os Estados-nação desempenharam um papel importante nas trocas literárias e podiam promover ou dificultar o cosmopolitismo. Após a guerra, a UNESCO implementou uma política de tradução de modo a favorecer o “desenvolvimento” cultural de países não-Ocidentais, e assim tentou organizar o intercâmbio em nível internacional. Durante a era da globalização, as forças do mercado tornaram-se mais dominantes e a fachada cosmopolita não deveria ocultar as relações de poder e as condições desiguais de acesso ao campo transnacional.

1. Cosmopolitismo, Internacionalismo, Transnacionalismo e Globalização

O conceito latino de *cosmopolitismo*, que foi redescoberto durante o Renascimento, preexistiu ao estabelecimento do Estado-nação como a principal organização política. Inicialmente designava cidadania mundial e foi empregado nesse sentido por Kant em (1795) para definir três domínios da lei, o *ius civitatis* (o direito civil nacional), o *ius gentium* (que diz respeito às relações internacionais entre estados) e o *ius cosmopoliticum* (que diz respeito ao Estado Humano Universal, visando a paz). Mais amplamente, cosmopolitismo passou a designar a relação entre o local e o universal ou entre o doméstico e o estrangeiro, referindo-se a uma abertura para outras culturas, assim servindo como um “operador axiológico” positivo. Os sociólogos Georg Simmel e Robert Merton usaram o termo neste sentido, por exemplo (MERTON, 1968). Mais recentemente, Ulf Hannerz usa esse termo de forma semelhante, definindo cosmopolitismo como a “vontade de se envolver com o Outro, e a preocupação em alcançar competência em culturas” (1990, p. 239-240). Cosmopolita também foi empregado para designar cidades centrais que hospedavam imigrantes e visitantes de todo o mundo, como Paris na virada do século. O cosmopolitismo de Paris foi ainda mais pronunciado no campo literário, atraindo pretendentes da periferia que aspiravam elevar sua posição (CASANOVA, 2004). Viena, Genebra e Bruxelas também foram cidades cosmopolitas, especialmente para a vida literária, artística e política. Enquanto o nacional não se opõe necessariamente ao cosmopolitismo, o nacionalismo definitivamente sim. Os cosmopolitas muitas vezes vinham da aristocracia de uma *bourgeoisie* com ensino superior, e era contra essa sociedade cosmopolita, dominada na Europa no século XVIII pelo conceito francês de *civilisation*, que, na Alemanha, por exemplo, a classe média *Bildungsbürgertum* se engajou na construção de um campo literário nacional (ELIAS, 1994). Depois da Revolução Francesa, aristocratas “*émigrés*” que voaram para

o exterior foram atacados pelos Republicanos que afirmavam incorporar a nação (na época, o nacionalismo era de esquerda). Cosmopolitismo, portanto, tornou-se um “operador axiológico” negativo do ponto de vista do nacionalismo. À esquerda, foi identificado com o capitalismo, enquanto à direita (que se apropriou do nacionalismo na segunda metade do século XIX), era associado à Internacional Comunista. Em ambos os casos, os judeus se tornaram o paradigma do cosmopolita, e eles eram ainda mais estigmatizados como tal. Sua implicação na vanguarda europeia também os faria um símbolo da decadência aos olhos dos nacionalistas de extrema direita. Na esteira da crítica do nacionalismo metodológico, o cosmopolitismo foi revivido como um operador axiológico positivo, sendo usado especialmente por autores migrantes que o reivindicam como uma identidade (XAVIER, 2016).

Embora seu uso mais amplo indique que também se tornou um “operador axiológico”, reservarei a noção de *internacional* para as relações interestatais – por exemplo, convenções internacionais como a Convenção de Berna sobre propriedade literária – e para organizações e políticas baseadas em uma representação dos Estados-nação como tais. A Liga das Nações fundada em 1920 é uma dessas organizações internacionais. Ao promover o internacionalismo como um operador axiológico positivo, procurou pacificar as relações entre Estados-nação depois da Primeira Guerra Mundial ter revelado as consequências do nacionalismo extremo. A Liga das Nações tinha um Comitê de Cooperação Intelectual, e em 1924 um Instituto Internacional de Cooperação Intelectual foi estabelecido em Paris (RENOLIET, 1999; SAPIRO, 2009). Foi substituído após a Segunda Guerra Mundial pela UNESCO, que também é uma organização internacional. Nesse sentido, o internacionalismo não se opõe ao nacionalismo, pois foi construído concomitantemente com identidades nacionais (THIESSE, 1998). As organizações políticas, desde partidos a Estados-nação, são os principais agentes na construção do internacionalismo, no qual envolvem escritores e intelectuais.

Existem diferentes tipos de ideologias internacionais. A Liga das Nações refletiu o internacionalismo Wilsoniano. A UNESCO promoveria um internacionalismo desenvolvimentista na conjuntura da descolonização. Internacionalismo político pode assumir várias formas, dependendo da concepção subjacente da nação, que parte de uma concepção essencialista da nação (a Internacional Fascista) para uma instrumentalista e temporária (a Internacional Comunista), que, no entanto, é também uma estrutura para troca e para circulação de modelos e pessoas. Essas duas internacionais tiveram expressões muito concretas na vida literária: organizaram conferências como o Congresso dos Escritores Revolucionários em Moscou de 1927, que contou com a presença de escritores de quatorze países, ou o encontro fascista em Malmö (Suécia) em 1951. Criada em 1926, a União para Escritores Revolucionários realizou sua segunda reunião em Kharkov em 1930, mas foi dissolvida em 1935 após o Congresso de Escritores Soviéticos de 1934 em Kharkov. Esse congresso impôs a estética do realismo socialista até a década de 1960 e formou um subcampo heterônimo internacional,

com autoridades como o Prêmio Stalin estabelecido em 1949, jornais e editoras. Entre esses dois extremos de comunismo e fascismo, devem ser situadas alianças culturais com conotações por vezes essencialistas (como Pan-Germanismo e Pan-Latinismo), alianças linguísticas (como a Organização Internacional da Francofonia institucional, que reagrupa 88 Estados) e alianças regionais baseadas em fundamentos geopolíticos (como Pan-Arabismo, Pan-Americanismo e Pan-Africanismo). Elas podem adotar formas mais ou menos institucionalizadas e intervir na vida literária por vários meios, incluindo ajuda, autoridades como jornais, festivais, associações (como a *Association des écrivains de langue française*), e prêmios literários (como o prêmio francófono *Prix des Cinq Continents*), em convergência ou em competição com outras forças políticas ou econômicas (BEDECARRÉ, 2020).

Ao mesmo tempo em que o internacionalismo não desafia a soberania dos Estados-nação, alianças regionais institucionalizadas podem levar à transferência de parte do poder do Estado a um órgão de governo supranacional, como o caso da União Europeia ilustra (NAFTA seria outro exemplo). Essas entidades supranacionais podem desempenhar um papel na vida cultural e literária por meio de subsídios à cooperação literária e tradução, como os oferecidos pelo programa Creative Europe para cultura, que fornece “apoio a projetos de tradução literária”. Essas políticas de cooperação visam à construção de uma identidade cultural comum, embora esse objetivo possa encontrar resistência de alguns intelectuais (SAPIRO, 2009). *Regionalização* é uma tendência atual que veio para desempenhar um papel crescente nas relações internacionais e tem criado uma nova escala intermediária entre o nacional e o internacional, o que interfere em acordos bilaterais de uma forma que ainda está por ser analisada (por exemplo, a Associação Latino-Americana de Sociologia (ALAS), ou a Associação Sociológica Europeia (HEILBRON, 1999; SAPIRO, 2018).

Em uma escala menor (abaixo da do Estado-nação), *regionalismo* também designa um movimento que promoveu o renascimento das culturas regionais após unificação nacional. Também valorizou dialetos (como o bretão) nos quais uma literatura periférica foi produzida, uma literatura que foi rebaixada como menor pela nacionalização da cultura (THIESSE, 1991). Como no caso da Catalunha, algumas dessas regiões pretendem alcançar autonomia política e formar um novo Estado-nação, o que pode impactar a circulação de textos literários: por exemplo, quando a Catalunha foi convidada para a Feira do Livro de Frankfurt em 2007, os organizadores foram acusados de promover o nacionalismo catalão porque convidaram apenas autores que escrevem em catalão, e não aqueles que escrevem em castelhano.

Transnacional designa organizações, redes e campos que não dependem de Estados-nação, como campos religiosos (católico, judeu, muçulmano), e, assim, criam configurações concorrentes de circulação e mecanismos de aumento ou redução de escalas. Essas organizações

ainda têm que negociar sua autonomia e sua autoridade dentro do Estado-nação, mesmo quando uma instituição transnacional central existe, como no caso do Vaticano. Embora tenham perdido autoridade em países secularizados, autoridades religiosas transnacionais ainda exercem – ou pelo menos tentam exercer – controle sobre a produção literária. A Igreja Católica Romana publicou seu *Index librorum prohibitorum* em 1559, que continuou a ser atualizado até 1961, condenando livros por heresia, subversão política e imoralidade. A lista incluía obras de Rousseau, Voltaire, Sterne, Defoe, Balzac e Gide, cuja obra foi totalmente proibida em 1952, logo após sua morte em 1951, e depois de receber o Prêmio Nobel em 1947. Na França, quando a religião foi separada do Estado em 1905, a Igreja Católica reagiu estabelecendo Conselhos de Vigilância para rotular “boas leituras”, ao mesmo tempo em que promovia um “movimento da Renascença Literária Católica”, envolvendo escritores famosos como Georges Bernanos e François Mauriac, vencedor do Prêmio Nobel de 1952 (SERRY, 2004). Redes transnacionais católicas também fomentaram a circulação de obras e o incremento desses autores no exterior por meio de periódicos como *La Relève*, fundado em 1934 em Québec e substituído em 1941 por *La Nouvelle Relève* - ambos desempenharam um papel na autonomização de um campo literário franco-canadense, lembrando-nos que os campos literários nacionais foram fundados pela importação de obras de outras culturas.

No entanto, como Bourdieu (1985) argumenta no caso da Bélgica, campos literários nacionais periféricos não são totalmente autônomos de seus centros linguísticos, em parte por causa do colonialismo, mas também devido à hegemonia, que forma campos literários transnacionais. Sua concentração em torno das cidades centrais depende do campo editorial. Além dos agentes literários, editores são grandes atores, que geralmente se especializam em um idioma e buscam estender seu mercado além das fronteiras nacionais, competindo por territórios de distribuição com os editores mais dominantes, demandando direitos mundiais sobre a língua (SAPIRO, 2016). Na verdade, a maioria dos autores belgas ou quebequenses reconhecidos internacionalmente publica em Paris, como os africanos ou magrebinos (DUCOURNAU, 2017; LEPELIER, 2018). O mesmo acontece em todas as outras áreas linguísticas, ou seja, o inglês, o francês, o espanhol, alemão, português e árabe, que funcionam como campos literários transnacionais. Essas relações de poder são constantemente desafiadas, mas o transnacional também pode ser instrumentalizado nas lutas nacionais, seja por converter capital simbólico transnacional localmente, ou por rejeitá-lo como “estrangeiro”, “ocidental”, “inautêntico” etc. A unificação do campo literário transnacional em uma área linguística pode, como já mencionado, ser reforçada por autoridades políticas, como no caso da francofonia institucional, que fundou seus próprios prêmios literários (BEDECARRÉ, 2020).

O conceito de transnacional também serve bem a redes informais ou a reuniões, como as

vanguardas (por exemplo, os movimentos surrealistas e situacionistas), que geralmente têm o objetivo de transcender ambas as fronteiras, as nacionais e as disciplinares, e mais amplamente as redes intelectuais, jornais e conferências. É, ainda, relevante para designar a circulação e apropriação de obras literárias em outros países (sobre surrealismo, ver UNGUREANU, 2017). Começando nos anos 1990, na esteira da crítica do nacionalismo metodológico, o transnacional tornou-se um “operador axiológico” positivo nas ciências sociais e nas humanidades, convidando a um reenquadramento das fronteiras geográficas e culturais e de escalas analíticas em mudança.

Eu também usarei o conceito de *campo literário transnacional* – ou, alternativamente, o campo literário *transcultural* – em um sentido mais amplo, incluindo traduções, para designar o que Casanova (2004) chama de república mundial das letras. Desde o século dezoito, argumenta Casanova, esse campo escapa às fronteiras nacionais, mas tem que afirmar sua autonomia das forças políticas e econômicas nacionais, internacionais, supranacionais, ou transnacionais. O campo literário tem ganhado autonomia do Estado e do mercado, mas essa autonomia é apenas relativa (SAPIRO, 2003). O campo literário depende em parte do Estado, que determina os limites da liberdade de expressão, mas também quanto ao estatuto social dos escritores (em relação aos benefícios sociais) e o tipo de apoio que eles podem esperar (apoio financeiro, bolsas, política tributária e assim por diante). Em Estados autoritários, ter o estatuto de escritor implicava, em contrapartida, servir ao regime, difundindo a sua ideologia, também a nível internacional. Sindicatos de escritores em países Comunistas eram organizações oficiais que desempenhavam um papel importante em intercâmbios internacionais dentro do Bloco Comunista, bem como com países ocidentais onde havia organizações semelhantes (por exemplo, o *Comité national des écrivains* na França), da mesma forma, as sociedades oficiais de autores de países ocidentais organizaram intercâmbios culturais formais dentro do Ocidente e além.

O campo literário também depende de mercados que seguem lógicas transnacionais. O mercado do livro é estruturado tanto por áreas linguísticas quanto por Estados através de impostos e alfândegas, propriedade literária e a limitação da liberdade de expressão. Diferentemente do campo da arte (BUCHHOLZ, 2017), a circulação global de livros exige que incluamos as condições de trocas translinguísticas dentro do que se tornou um *mercado global de traduções*. Os principais agentes dessas trocas são, portanto, os tradutores, editores, (co)agentes literários, olheiros. As principais instituições são as feiras de livros. No entanto, o mercado de livros também é regulado por convenções internacionais como a Convenção de Berna, adotada em 1886, ou os acordos TRIPS mais recentes (Aspectos de direitos de propriedade intelectual relacionados ao comércio) assinado em 1994 pela Organização Mundial do Comércio para contornar a Convenção de Berna (especialmente a cláusula sobre direitos morais).

Globalização é originalmente um conceito econômico, que pode ser aplicado de um modo

fecundo para o mercado de livros. Na década de 1970, tornou-se uma palavra de ordem para a abertura de fronteiras à livre circulação de mercadorias, dinâmica que foi impulsionada pelos Estados Unidos por meio dos acordos GATT. Este conceito tornou-se “operador axiológico” positivo e foi introduzido na pesquisa acadêmica anglófona sem uma crítica séria da noção e suas origens. A área francófona, por contraste, serviu primeiro como um operador axiológico negativo que foi identificado com “mundialização”.

O uso do conceito de globalização também interroga as fronteiras geográficas deste mercado. Enquanto, como vimos, as áreas linguísticas constituem mercados onde os livros podem circular sem serem traduzidos se as fronteiras políticas estão abertas, o mercado de tradução para a literatura contemporânea que se desenvolveu depois de 1850 foi circunscrito principalmente à Europa e aos Estados Unidos até a década de 1950. Embora essas fronteiras tenham sido ampliadas desde então, como veremos, algumas áreas como a África ainda estão excluídas dessas trocas. Sob quais condições, então, podemos falar de um *campo literário global*? Enquanto a unificação de um mercado global de livros favoreceu a circulação de obras literárias no mundo, autoridades específicas são necessárias para que um campo literário autônomo global emerja, como a crítica literária, os prêmios literários e os festivais literários. Poderemos ver como tais autoridades específicas aparecem ao nível nacional, internacional, supranacional e transnacional. No entanto, como a noção de “global” suporia que este campo unificaria todas as culturas, prefiro falar de *campo literário transnacional (ou transcultural)*.

A noção de *Literatura mundial* pode ser usada para se referir às obras que são reconhecidas como parte desse campo literário global. Esta noção (re)emergiu em torno da década de 1990, ecoando a da “world music”, mas com referências e tradição próprias desde a *Weltliteratur* de Goethe, o que facilitou sua adoção como um operador axiológico positivo tanto no mercado de livros (“ficção mundial”) quanto em bolsas de estudos, onde serviu para construir um novo paradigma para a literatura comparada e para a história literária (MORETTI, 2000; DAMROSCH, 2003). A concepção da literatura mundial oscila entre uma definição estreita que designa apenas o cânone das obras que alcançaram o status de clássicos mundiais, e uma ampla, incluindo todas as obras que circularam além das fronteiras nacionais (DAMROSCH, 2003). Contudo, mesmo nessa concepção mais ampla, a noção de “mundo” não é sinônima de “universal”. Embora possam ser consideradas mais “universais” do que aquela que não circulam, como apontado por Casanova (2004), esse universalismo é frequentemente associado à ideia de representatividade de uma cultura específica, seja nacional ou regional, e a noção de literatura mundial está ela própria associada hoje com diversidade cultural. Nesse sentido, não é sinônimo de cosmopolitismo também, embora possa incluir cosmopolitismo quando é considerada ela mesma uma experiência específica de mobilidade geográfica, como no caso de

autores africanos. E, é claro, incluiria a literatura pós-colonial. Por outro lado, os *best-sellers* e livros mais vendidos do mundo comercial, localizados no polo da circulação de grande escala do campo literário transnacional, raramente são considerados pelos estudiosos como parte da literatura mundial, pois obedecem à lógica do mercado ao invés do critério literário. Assim, nesse sentido, “literatura mundial” poderia se opor ao “romance global” (comercial), em vez da literatura nacional.

2. A (Inter-)nacionalização da Cultura

Até o final do século dezoito, a base cultural comum da República das Letras europeia era a educação clássica. O latim era sua *língua franca*. No século dezoito, o francês se tornou a língua da cultura para a aristocracia europeia, era a língua do cosmopolitismo aristocrático. Campos literários nacionais, começando com o alemão, foram parcialmente construídos contra esse cosmopolitismo de elite, que era considerado superficial: intelectuais alemães do *Sturm und Drang* opunham *Kultur* e *Bildung* à civilização francesa (ELIAS, 1994). A postura anti universalista de Herder pretendia desafiar a hegemonia cultural francesa (o que foi apoiado por Frederico II), afirmando a diversidade – e, assim, o estatuto igualitário – de identidades culturais, que foram expressas em diferentes línguas (CASANOVA, 2004; THIESSE, 1998). Essa revolução simbólica possibilitaria às jovens nações aspirar por reconhecimento político e cultural para ganhar legitimidade e afirmar sua autenticidade com base na cultura popular, como os poemas ossiânicos “descobertos” e publicados em 1762 pelo poeta escocês James Macpherson (THIESSE, 2019), lançando assim as bases para o modelo internacional que surgiria na segunda metade do século dezenove. Ao mesmo tempo, Goethe (que encena em *The Sorrows of Young Werther* a leitura dos poemas de Ossian, aos quais Herder o apresentou), também teorizou o conceito de *Weltliteratur*. Incluía tanto os clássicos, que deveriam continuar a servir de modelos, e literaturas em outras línguas, com as quais trocas deveriam ocorrer. Isso definitivamente pode e tem sido considerado como uma nova forma de cosmopolitismo.

Enquanto a república europeia de letras estava ganhando autonomia em relação aos campos religiosos, a herança clássica comum começou a se desintegrar no século dezenove. A principal causa dessa desintegração foi a nacionalização da cultura e da educação, que foi paralela a sua democratização. Mesmo assim, os estudos clássicos continuaram sendo uma parte substancial do ensino médio até meados do século vinte; conseqüentemente, continuaram a alimentar a cultura literária. No entanto, as condições de acesso à educação clássica eram limitadas a uma pequena elite: na França, por exemplo, enquanto a educação primária foi tornada obrigatória para todas as crianças, até 1933 mensalidades eram cobradas para frequentar o ensino médio. Por volta de 1900, apenas um por cento dos jovens em uma determinada classe de idade obteriam o bacharelado. Esse acesso também era muito limitado para mulheres, cujas escolas eram separadas e não preparavam para o bacharelado antes de 1924. A relação

com os textos clássicos em sua própria tradição cultural também diz respeito aos escritores em culturas não ocidentais, como os autores árabes, chineses e japoneses. No entanto, nesses países, a modernização ocorreu em grande parte por meio da importação e adaptação de modelos ocidentais que foram hibridizados com matérias locais. Este processo está na base do que Franco Moretti (2000) chamou de “lei de Jameson”. Em países colonizados, começou mais como um processo de exportação do colonizador, que impôs os clássicos ocidentais aos colonizados através do canal da educação. Uma educação voltada para a língua e a cultura dominantes produziu obras literárias em francês, inglês, alemão, português, mas esta produção, embora original e inovadora, foi marginalizada no mercado global do livro e até na área linguística, porque as áreas colonizadas careciam de editores e livreiros, e as taxas de alfabetização ainda eram muito baixas. No entanto, essa extensão em breve desafiaria as fronteiras nacionais dos campos literários nos países colonizadores (DUCOURNAU, 2017; LEPERLIER, 2018).

Enquanto prosperava em reinterpretações “folclorizadas” de tradições locais populares, a construção das identidades nacionais ocorreu em um processo transnacional de circulação de um modelo de um país para outro: a lista de itens que compunha essas identidades incluía uma língua, uma literatura, pinturas “típicas” e obras musicais e assim por diante (THIESSE, 1998). Essa construção permitia que culturas dominadas ganhassem autonomia das culturas dominantes (em particular da cultura francesa). Isso resultou na formação de um espaço internacional de competição entre os Estados-nação, que foi definido a partir de uma base cultural (nacional) e territorial, primeiro em nível europeu e depois em escala global (CASANOVA, 2004). Os Estados, democráticos ou autoritários, desempenharam um papel significativo nesta competição, introduzindo medidas protecionistas para empresas nacionais e profissões organizadas, e fornecendo apoio financeiro à produção cultural nacional e a sua exportação para o exterior. Ansioso para competir com a hegemonia cultural francesa e alemã, o governo fascista de Mussolini, por exemplo, apoiou ativamente a tradução da literatura italiana (RUNDLE, 2010).

A construção das identidades nacionais implicou na nacionalização do campo literário que engendrou a xenofobia cultural e a rejeição a elementos estrangeiros que competiam com os nacionais, mas também implicava a construção de um espaço internacional que foi alcançado no período entre guerras com a criação da Liga das Nações. Incorporando a concepção política Wilsoniana do internacionalismo, a Liga das Nações concebeu o intercâmbio cultural como um meio de pacificar as relações entre as nações após a experiência dramática da Primeira Guerra Mundial.

Como previamente discutido, a Liga das Nações criou um Comitê Internacional de Cooperação Intelectual para promover trocas culturais entre cientistas, pesquisadores, professores, artistas e outros intelectuais, que incluía autores como Thomas Mann e Paul Valéry. Ele incorporou a nova ideia de que a cultura deve fazer parte das relações internacionais. No entanto, o esforço para favorecer o cosmopolitismo não evitou tensões e conflitos devido

às relações de poder desiguais e rivalidades entre os países, especialmente entre França e Grã-Bretanha que competiam pela hegemonia cultural. Ao mesmo tempo, a organização literária internacional autônoma conhecida como PEN Club surgiu. Foi fundada em 1921 com o objetivo de “promover a amizade e cooperação intelectual entre escritores em todos os lugares”, de “ênfatisar o papel da literatura no desenvolvimento da compreensão mútua e da cultura mundial,” e lutar pela liberdade de expressão, como a Presidente Internacional Jennifer Clement disse em seu discurso de abertura no 84º Congresso Internacional do PEN.

Competição e luta pela hegemonia também foram aspectos subjacentes da construção de identidades culturais supranacionais, por exemplo Pan-Latinismo contra o Pan-Germanismo. Na França, o movimento em favor da latinidade foi liderado por escritores franceses reacionários e germanofóbicos que se reuniram na Liga Monarquista *Action française* em 1908 em torno de dois escritores, Charles Maurras e Léon Daudet. Eles definiram a latinidade como a base da civilização ocidental, enquanto a cultura alemã era vista como produto da influência bizantina, portanto, como uma cultura bárbara (SAPIRO, 2014). Por outro lado, a extrema direita alemã construiu uma identidade do norte em contraste com as culturas do sul. Esse tipo de identidade supranacional se opunha ao cosmopolitismo.

Além desse processo de internacionalização, que reforçou a nacionalização da cultura e do qual regiões inteiras ao redor do mundo permaneceram excluídas, os Estados-nação que impunham barreiras legais e alfandegárias não foram, na verdade, traçando fronteiras estritas. Por um lado, a diferenciação de campos literários nacionais ocorreu com base em uma cultura comum, humanista, e por modelos importados de culturas dominantes. De outro lado, a lógica da expansão de mercado, ambições hegemônicas e colonialismo são três fatores que levaram à formação de espaços de circulação e trocas que vão além das fronteiras nacionais.

3. A Formação de um Campo Literário Transnacional ao redor de um Novo Cânone Mundial

Além da referência comum que os escritos clássicos forneciam, literaturas de línguas nacionais foram inicialmente formadas pela tradução de obras a fim de construir um corpo literário e editorial de obras na língua nacional que foi sendo codificado, e também, como a teoria do polissistema mostrou, pela importação de modelos estilísticos. Por exemplo, a literatura em hebraico moderno produzida na Palestina na primeira metade do século vinte tirou seus modelos da literatura russa e o que foi emprestado da literatura francesa foi mediado por traduções russas (EVEN-ZOHAR, 1990). Reconhecer a natureza híbrida original das literaturas nacionais deve nos levar a relativizar a ideia de que a *métissage* cultural é exclusivamente um resultado da globalização. O surgimento desses campos de publicação nacional esteve estreitamente relacionado à expansão do acesso à educação na língua nacional (ANDERSON,

1983). A tradução tornou-se o principal meio de circulação de textos em meados do século XIX.

Em 1878, uma associação internacional, a *Association artistique et littéraire internationale*, liderada por Victor Hugo, foi criada a fim de unificar e estender as leis sobre propriedade literária para o mercado mundial de traduções. Esse objetivo foi realizado em 1886 pela Convenção de Berna, à qual muitos países aderiram no início do século vinte, excluindo deste mercado as áreas pobres e/ou colonizadas que foram condenadas ao plágio. Agências de imprensa, agentes literários e tradutores atuaram como intermediários nesse mercado.

Apesar da multiplicidade de atores neste mercado competitivo – um fator de diferenciação e heterogeneidade de país para país – sua progressiva unificação não ocorreu apenas em um quadro legal. O corpo das obras traduzidas provou frequentemente ser o mesmo de idioma para idioma, e as obras escritas nas línguas literárias mais antigas (principalmente francês, inglês, alemão e russo) foram transformadas em obras-primas mundiais. Um cânone mundial emergiu assim, reforçado pela fundação do Prêmio Nobel em 1901. Vencedores do Prêmio Nobel como Rabindranath Tagore, Thomas Mann, Sinclair Lewis, Ivan Bounine, e Luigi Pirandello foram traduzidos para outras línguas, fomentando o isomorfismo do segmento de tradução dos campos literários nacionais no contexto da competição cultural entre países europeus. No entanto, ainda havia variações significativas, e a recepção dessas obras foi diferente de um lugar para outro.

Na França durante o período entre guerras, no contexto de intensificados intercâmbios culturais, traduções foram organizadas em séries de livros que foram separadas das produções francesas. Lançada por Stock no início do século vinte, uma das primeiras séries foi chamada de *Bibliothèque cosmopolite* e renomeada após a Primeira Guerra Mundial como *Cabinet Cosmopolite*, indicando o valor positivo associado à noção de cosmopolitismo como um “operador axiológico”, embora em um sentido que estava próximo ao conceito de *Weltliteratur* de Goethe, implicando a diversidade de culturas e línguas. A coleção publicou Thomas Mann, que ganhou o Prêmio Nobel em 1929, *Babbitt* de Sinclair Lewis, que ganhou o Prêmio Nobel no ano seguinte, Erich Maria Remarque, Pearl Buck, Virginia Woolf, Katherine Mansfield, August Strindberg e F. Scott Fitzgerald. Essas séries às vezes eram subdivididas de acordo com o país de origem. As identidades nacionais eram, junto com gênero, as principais categorias de classificação no setor de luxo (esse foi muito menos o caso da literatura popular que também circulou entre os países). A prevalência de identidades nacionais foi em parte devido às habilidades linguísticas intermediárias, mas também contou com a identificação entre a língua e a nação. Esses intermediários também produziram antologias e panoramas de literaturas “estrangeiras”. A pequena editora Kra-LeSagittaire publicou antologias da literatura americana, alemã e espanhola, editadas e introduzidas por críticos especializados nessas literaturas. Denoël & Steele também lançou uma série de “Romancistas estrangeiros contemporâneos”, que incluía volumes sobre romancistas americanos, italianos, e alemães que foram apresentados à cena literária francesa através deste canal. As revistas dedicariam edições especiais a autores

estrangeiros de um país ou idioma específico.

Essas autoridades contribuíram para a construção de um campo literário transnacional e um novo cânone mundial que substituiria o cânone greco-latino em meados do século vinte. Autores como Ésquilo, Sófocles, Eurípides, Horácio, Plutarco, Sêneca, Plauto e Tácito, que estavam entre os sessenta autores mais traduzidos do início da década de 1930, segundo o *Index Translationum* da UNESCO, desapareceram dessa lista após a Segunda Guerra Mundial; Platão foi o único que permaneceu. Eles foram substituídos por Tolstói, Dickens, Dostoievski, e Balzac, para citar apenas aqueles mais consistentemente na lista dos trinta escritores mais traduzidos (MILO, 1984).

No entanto, as relações de poder dentro desse campo literário transnacional são desiguais (CASANOVA, 2004). Na verdade, enquanto o acesso à leitura e à escrita estava sendo democratizado em muitos países ocidentais, as condições de acesso a esse cânone mundial eram desiguais entre os países. Com exceção do vencedor do Prêmio Nobel de 1913 de origem bengali, Tagore, nenhum autor não ocidental foi premiado com o Prêmio Nobel até 1960. Para acessar o cânone literário mundial, precisa-se ser traduzido. Mas os padrões de tradução são assimétricos: obras circulam principalmente do centro para a periferia, e ser traduzido de uma língua periférica para outra depende de uma tradução no centro (HEILBRON, 1999). Assim, os idiomas centrais e, dentro desses idiomas, os editores centrais, são dotados de alto poder de consagração no campo literário transnacional. É o caso da mais prestigiosa editora literária francesa, Gallimard (SAPIRO, 2015). Olhando para o seu catálogo de 1936, pode-se observar que as obras foram todas traduzidas de línguas europeias, exceto uma de Tagore: um terço dos romances foi escrito por escritores britânicos (principalmente Conrad, Meredith e D.H. Lawrence); um título em cinco por americanos (principalmente Dos Passos e Faulkner); seguido por russos (17.4%), e então alemães (16% com os *émigrés* T. Mann e Döblin); espanhol (4.6%) e italiano (3%) para citar apenas as línguas mais traduzidas. A proporção desigual de obras traduzidas de diferentes idiomas também revela uma circulação desigual e uma hierarquia das relações de poder. Isso reflete a quantidade de capital simbólico acumulado por diferentes literaturas nacionais de acordo com sua antiguidade e o número de obras traduzidas para outras línguas, uma hierarquia que foi mascarada pelo ideal de igualdade subjacente pelo internacionalismo Wilsoniano.

A abertura do cânone mundial para autores não ocidentais foi em parte devido a um programa lançado pela UNESCO na década de 1950, apoiando traduções de culturas não-ocidentais para catalisar a “interpenetração literária”. Esse programa, que renovou as tentativas feitas pelo Instituto Internacional para a Cooperação Intelectual na década de 1930, incentivou editores e editoras a traduzir os clássicos e obras modernas da Ásia e da América Latina, ampliando as fronteiras do mercado mundial de traduções da Europa para o mundo, embora grandes áreas como a África Subsaariana foram e ainda estejam excluídas desse mercado.

4. Estendendo o Cânone a Culturas Não-Occidentais: o Programa da UNESCO de “Obras Representativas”

A UNESCO foi fundada após a guerra para substituir o Instituto Internacional de Cooperação Intelectual da Liga das Nações. Perseguindo o mesmo objetivo de pacificação, a UNESCO também promoveu uma concepção mais “democrática” de “cultura”. Na primeira sessão realizada em novembro e dezembro de 1946, a Conferência Geral da UNESCO considerou que a tradução e divulgação dos clássicos era um dos melhores meios para se desenvolver entre diferentes pessoas “boa vontade, compreensão e respeito mútuo.”³ Conseqüentemente, em dezembro de 1946, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou por unanimidade o projeto de incentivo à tradução de clássicos em várias línguas dos Estados-membros das Nações Unidas. Essa resolução (nº 60) estava fortemente relacionada ao conceito de “desenvolvimento cultural”: visava apoiar as nações privadas de instalações e recursos para traduzir clássicos em suas línguas, um esforço que promoveria a cooperação internacional e contribuiria para o objetivo mais geral da UNESCO de “elevar o nível geral de cultura entre as pessoas do mundo”. Incumbida com a tarefa de recomendar medidas para tal propósito, a UNESCO definiu quatro objetivos: primeiro, estabelecer uma lista de clássicos mundiais; segundo, listar as traduções existentes em diferentes idiomas; terceiro, identificar as necessidades de cada país, as lacunas e os livros que deveriam, conseqüentemente, ser traduzidos e divulgados; quarto, determinar medidas que ajudariam a garantir a tradução e disseminação dessas obras. A UNESCO imaginou desempenhar um papel na coordenação desses projetos de tradução. Representantes oficiais de todos os países foram convidados a designar especialistas para estabelecer as listas. Os critérios definidores de obras clássicas foram, no entanto, formulados a fim de evitar vieses:

1. Qualquer obra, em qualquer campo intelectual em que se enquadre (literatura, filosofia, ciência ou religião), pode ser considerada um “clássico” se for considerada verdadeiramente representativa de uma cultura ou nação, e se permanecer um marco na história do gênio humano e na evolução do Homem em direção à civilização.
2. Apesar de ser a expressão de uma cultura particular, a característica de um clássico é ultrapassar os limites dessa cultura e ser representativo não apenas dentro da nação, mas também aos olhos de outras nações.
3. “Clássicos” apelam para o público letrado em geral e não somente para especialistas.

3 A seção a seguir é baseada nos Arquivos da UNESCO, Tradução de Pesquisas de Literatura 803 a 52. Foi escrito antes do livro de Sarah Brouillette sobre a *UNESCO e o Destino do Literário* ser lançado, mas a presente análise adota uma perspectiva diferente (o papel da UNESCO na circulação de textos em tradução e a realização do cânone literário), embora não seja incompatível (apesar de sua abordagem mais marxista e a minha ser mais bourdieusiana), e talvez possa ser lido como complementar.

4. Sendo a duração da vida uma das características de um clássico, geralmente concorda-se que obras sejam consideradas clássicas na medida em que passaram o teste do tempo e preservaram seu valor humano por gerações. Assim, é possível concordar, do ponto de vista prático, que apenas trabalhos publicados antes de 1900 deverão ser considerados clássicos. Quanto a trabalhos mais recentes, a UNESCO tem em mente mais um projeto para a tradução e divulgação das principais obras da literatura contemporânea.

5. Em princípio, um grau de prioridade deve ser dado às obras que tendam a aumentar a compreensão mútua entre as nações, o sentimento de companheirismo humano e respeito pelas idiossincrasias nacionais.

TRADUÇÃO DA UNESCO

Nota-se a tonalidade evolucionista desses critérios, em linha com a política de desenvolvimento, ou seja, a ideia de um progresso em direção a uma “civilização” única, ao mesmo tempo em que essa concepção evolucionista estava sendo questionada desde o período entre guerras pela antropologia cultural que propôs, em vez disso, a ideia de uma pluralidade de “culturas”, uma concepção que Lévi-Strauss afirmaria em sua palestra de 1951 na UNESCO sobre “Raça e história”⁴. Ao mesmo tempo, ao contrário dos clássicos gregos e latinos, esses novos clássicos foram concebidos como “representativos” de uma cultura nacional (assim excluindo minorias), o tempo todo transcendendo essa cultura para representá-la à frente de outras nações. Esse critério incorpora a política inter-nacionalista das Nações Unidas e da UNESCO. Assim, esse programa promoveu a nacionalização do cânone em escala internacional. O terceiro critério é relacionado ao objetivo da UNESCO de democratização cultural, um objetivo que atendeu aos interesses das indústrias culturais em expansão: acessibilidade a um grande público em oposição a comunidades de especialistas. Havia um amplo consenso de que exigir que a data de publicação fosse anterior a 1900, como propunha o quarto critério, era de caráter arbitrário. No entanto, a condição foi adotada para garantir que a “representatividade” das obras transcendesse as circunstâncias históricas de sua gênese. O quinto critério adiciona uma dimensão ideológica, ao mesmo tempo humanista e pacifista. Foi especificado, citando os clássicos alemães, que o inquérito não deveria ser limitado aos Estados-membros das Nações Unidas.

Esses critérios provocaram inúmeros comentários de representantes dos Estados-membros. Alguns argumentaram que era difícil definir uma “obra clássica”. Outros apontaram problemas de tradução, para os quais as más condições profissionais foram apontadas como culpadas. A data de 1900 foi considerada irrelevante para as nações jovens como a Austrália, e por essa razão, um programa paralelo de obras contemporâneas foi planejado.

Por fim, o termo “clássicos” foi abandonado em favor de “grandes livros”, ou seja, digamos, “livros considerados os mais universais” (UNESCO, 1950), uma designação que,

⁴ Sobre os debates quanto à definição de cultura ao redor e dentro da UNESCO, ver McDonald (2017).

por sua vez, foi substituída por “obras representativas”. Esta categoria incluía agora filosofia, ciências sociais e ciências naturais (UNESCO, 1948).

De 1948 a 1994, o programa da UNESCO para “obras representativas” publicou 866 livros de todo o mundo, escritos em noventa e um idiomas diferentes (GITON, 2020). Esse programa promoveu traduções de obras não ocidentais na Europa e nos Estados Unidos. Na Gallimard, por exemplo, duas séries foram lançadas: *La Croix du Sud* para a literatura sul-americana, começando em 1952 com *Ficciones (Ficções)* de Borges, tradução que impulsionou seu autor ao campo literário transnacional, e seguido, até 1970, por Arguedas, Cabrera Infante, Castellanos, Cortázar, Freyre, Roa Bastos, Sabato, Vargas Llosa, entre outros; e *Connaissance de l’Orient* para clássicos e obras contemporâneas de países asiáticos, começando em 1953 (SAPIRO, 2016; SAPIRO, 2017).

Entre os autores apoiados pelo programa da UNESCO estava Yasunari Kawabata, cujo livro *Snow Country* foi traduzido em inglês, alemão, italiano e francês entre 1956 e 1960, premiado com o Prêmio Nobel em 1968. O programa também contribuiu para o boom de escritores latino-americanos, entre os quais três ganharam o Prêmio Nobel: Miguel Ángel Asturias em 1967, Pablo Neruda em 1971 e Gabriel García Márquez em 1982. Mas não foi antes do ano de 2000 que um escritor chinês receberia essa distinção (Gao Xingjian em 2000 e Mo Yan em 2012). E Naguib Mahfouz é o único escritor árabe que ganhou o Prêmio Nobel até o momento (em 1988), apesar da ascensão da literatura árabe na tradução.

Além das duas coleções já citadas, a abertura do campo literário transnacional ocidental para culturas não-ocidentais pode ser observada na principal série para literatura estrangeira da Gallimard *Du monde entier*. Entre 1950 e 1960, o número de línguas representadas na série aumentou de quatorze para vinte e três, e o número de países de vinte e três a trinta e oito. Embora as línguas europeias estejam melhor representadas, durante esses anos pode-se encontrar títulos em bengali, hindi, árabe e hebraico. Em 1972, a série *Du monde entier* poderia se orgulhar de publicar 320 autores, dezesseis deles laureados com o Nobel, representando trinta e cinco países. No final da década de 1970, pequenas novas editoras francesas passaram a investir na tradução de obras de línguas e países periféricos, um investimento que impulsionou a competição em torno da diversidade linguística na tradução. Na série *Du monde entier* da Gallimard, o número de línguas representadas chegará a quarenta no período da globalização (entre 1978 e 2010), incluindo chinês, coreano, islandês, sérvio, esloveno, e o número de países cinquenta e sete (entre os quais Líbano, Irã, Iraque, Jordânia, Líbia, Venezuela e Uruguai).

5. Globalização e Diversidade Cultural

O interesse das editoras ocidentais localizadas nos centros de publicação global (como Paris, Londres, Nova York, Frankfurt, Berlim, Barcelona ou Madrid) nesses autores de países

“periféricos” é uma condição para seu acesso à cena transnacional. Aquelas mais dotadas de capital simbólico, como Gallimard ou Knopf, também têm o maior poder de consagração; ser traduzido pela Gallimard ou Knopf (a primeira editora ocidental de Kawabata) aumenta a chance de receber um prêmio literário e ser traduzido para outras línguas: além de Borges, que foi premiado em 1961, com Beckett, o novo Prêmio Internacional de Literatura, fundado pela editora Carlos Barral como alternativa ao Prêmio Nobel, a Gallimard teve também Astúrias e Neruda em sua lista antes de ganhar o Nobel (SAPIRO, 2015; SAPIRO, 2017).

Enquanto culturas não ocidentais começavam a ser incluídas, o acesso à consagração transnacional ainda não estava realmente aberto a minorias ou autoras devido às condições desiguais de acesso ao reconhecimento no âmbito nacional (SAPIRO, 2016). Somente a partir da década de 1990 é que a conscientização de minorias, diversidade e gênero modificou a escolha dos júris, o que é ilustrado pela entrega do prêmio Nobel a Toni Morrison e Herta Müller em 1993 e 2009, respectivamente. Ao mesmo tempo, a percepção das obras literárias através das categorias nacionais passou a ser desafiada pela consagração dos escritores pós-coloniais. No entanto, além das estratégias específicas que foram necessárias para ganhar atenção internacional, aqueles descritos por Graham Huggan como o “exótico pós-colonial”, esses escritores precisam ser publicados pelas principais editoras ocidentais a fim de serem reconhecidos em um mercado literário maior (no caso dos escritores indianos, ver NARAYANAN, 2012). Só eles têm uma chance de se consagrar, como Wole Soyinka, que ganhou o Prêmio Nobel em 1986. Em última análise, o crescente cosmopolitismo do campo literário esconde um alto grau de centralização e concentração do poder de consagração nas cidades centrais e nas mãos das editoras e agentes de maior prestígio. O mais conhecido escritor japonês contemporâneo Harushi Murakami, por exemplo, tem um agente estadunidense.

Diversidade e o crescente interesse por culturas não ocidentais, assim, caracterizam o período denominado “globalização”. No entanto, sua ampla apropriação por produtores culturais e acadêmicos como um “operador axiológico” positivo que promove as trocas interculturais além das fronteiras dos Estados-nação depende de um desconhecimento das condições de sua adoção como palavra de ordem para substituir “desenvolvimento” a fim de favorecer a abertura das fronteiras para a livre circulação de mercadorias (WALLERSTEIN, 2004). Para quem denunciou o triunfo das lógicas de mercado, “globalização” tornou-se identificada com “padronização”. A partir de 1986, um debate surgiu em relação à negociação GATS, que visava estender a liberalização de trocas para o comércio de serviços, incluindo bens imateriais, ou seja, produtos culturais. Como resultado, em 1992, o Parlamento Europeu aprovou uma resolução em defesa da “exceção cultural”, uma noção que seria em breve substituída sob os auspícios da UNESCO pela noção mais ampla e menos elitista de “diversidade cultural” (GOURNAY, 2002). Em 2001, a UNESCO promulgou uma declaração universal sobre a diversidade cultural, que estipula essa diversidade cultural, que foi entendida como um

fator de desenvolvimento (notadamente econômico), “constitutiva do patrimônio comum da humanidade” (UNESCO, 2020). Negando a capacidade das forças do mercado de preservar a diversidade cultural, a declaração reivindica exceção para bens e serviços culturais “porque são portadores de identidade, valores e significados” e, portanto, não devem ser considerados como outras mercadorias (UNESCO, 2020). Em 2005, a declaração deu origem à Convenção sobre diversidade cultural, visando harmonizar as medidas de proteção dos bens culturais e serviços em nível internacional (BUSTAMANTE, 2014). Embora a literatura não estivesse diretamente preocupada com esses acordos, a dinâmica da globalização favoreceu a intensificação das traduções no mundo. Na verdade, o número de traduções aumentou cinquenta por cento entre 1980 e 2000 (SAPIRO, 2010).

A emergência de corporações multinacionais no mercado do livro contribuiu para a unificação deste mercado global. Os agentes literários também desempenham um papel importante nessa unificação. No entanto, a classificação nacional de obras literárias continua, paralelamente ao gênero, sendo uma categoria performativa de percepção no polo de pequena circulação do campo editorial, definido por Bourdieu como o polo onde os critérios estéticos prevalecem sobre as vendas na avaliação do valor de uma obra literária (BOURDIEU, 2008). Contrário ao polo de grande circulação, que é dominado pela língua inglesa, nesse polo ainda se fala de “literatura francesa”, “literatura alemã”, “literatura italiana”, “literatura chinesa” e assim por diante. Isso reflete a importância histórica das identidades nacionais no surgimento e estruturação do campo literário transnacional. Essas categorias representavam um obstáculo para as minorias, já marginalizadas em seus respectivos campos nacionais, para ganhar atenção no campo transnacional.

No entanto, a promoção da diversidade e de autores pós-coloniais tem começado a ter impacto nas políticas nacionais. Por exemplo, em 1993, o governo francês modificou as condições para apoiar a tradução do francês para outras línguas; não eram mais autores franceses, mas autores que escreviam em francês que poderiam obter suporte. Essa abertura da política cultural refletiu a evolução da produção editorial francesa. Olhando para a nacionalidade dos autores cujos livros foram traduzidos para o inglês e publicados nos Estados Unidos entre 1990 e 2003, observa-se um nível muito alto de diversidade. Existem mais de trinta nacionalidades representadas, incluindo autores de ex-colônias (SAPIRO, 2015). Essa observação questiona a própria noção da literatura francesa, propondo, em vez disso, um termo mais preciso, “literatura em francês”. Quando a França foi como convidada de honra na Feira do Livro de Frankfurt em 2017, os organizadores franceses decidiram promover a língua francesa e convidar autores não franceses que escreviam em francês. Os autores convidados, entretanto, eram todos publicados por editoras localizadas na França. Cerca de vinte e um editores não franceses francófonos foram também convidados pelo *Bureau international de l'édition française*, mas ocuparam um lugar marginal no evento. Finalmente, desde a década de 1990, os festivais literários tornaram-se

encontros literários cosmopolitas (SAPIRO, 2020; WEBER, 2018). No entanto, uma vez que eles dependem em parte das relações de poder no mercado de livros, autores convidados para os festivais também são publicados principalmente por companhias ocidentais.

Conclusão

Como tentei mostrar, o nacional não é sistematicamente contrário ao internacional, ao transnacional, ao supranacional, ou ao cosmopolita. Pode-se distinguir noções mais ou menos essencialistas de identidade dos conceitos de identidade como múltipla, como um produto da socialização, e como sendo suscetível à evolução graças especialmente a encontros interculturais. Enquanto a nacionalização favoreceu a subida de patamar de autores nacionais de países diversos para um espaço inter-nacional, as condições de acesso permaneceram desiguais: a maioria dos autores do cânone recém-formado tem origem nos países europeus mais antigos, excluindo autores não-ocidentais e sua inclusão nesse cânone ocidental, ainda confiando em um modelo inter-nacional. O enquadramento nacional foi desafiado pela ideologia da globalização, cosmopolitismo e *métissage* cultural, que promoveram as minorias e a diversidade cultural. Contudo, autores de países “periféricos” ainda precisam ser publicados ou traduzidos em locais centrais por editoras dotadas de grande capital simbólico, o que significa que precisam ter um agente ou editora ocidental dominante, para que ganhem visibilidade na escala do campo literário transnacional.

Agradecimentos

Este artigo é uma versão revisada da palestra principal que ministrei em Oxford “*Cosmopolis and Beyond: Literary Cosmopolitanism after the Republic of Letters*”, em março de 2016.⁵

REFERÊNCIAS

Fontes primárias

UNESCO. **Translation of World Classics**. 1 July 1947. UNESCO Archive, Translation of Literature Surveys 803 A 52, Unesco Phil. 7/47.

UNESCO. (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organisation). **Resolutions adopted by the General Conference during its Second Session, Mexico, November-December 1947**. Paris: UNESCO, 1948. Web. 29 Sept 2020.

⁵ Referência para o texto original: Sapiro, Gisèle. The Transnational Literary Field between (Inter-)nationalism and Cosmopolitanism. *Journal of World Literature*, Brill, 2020, 5 (4), p. 481-504. Doi: <https://doi.org/10.1163/24056480-00504002>.

UNESCO. **Letter to the state members' representatives**. 6 March 1950. UNESCO Archive, Translation of Literature Surveys 803 A 52, Unesco Phil. 7/47.

UNESCO. **Universal Declaration on Cultural Diversity**. 2 Nov 2001. Web. 29. Sept. 2020.

Fontes Secundárias

ANDERSON, Benedict. **Imagined communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism**. London: Verso, 1983.

ARMITAGE, David. The International Turn in Intellectual History. In: Darrin M. McMahon and Samuel Moyn (Ed.). **Rethinking Modern European Intellectual History**. Oxford: Oxford up, 2014, p. 232-252.

BEDECARRÉ, Madeline. Prizing Francophonie into Existence: The Usurpation of World Literature by the Prix des Cinq Continents. **Journal of World Literature**, 5:2, 2020, p. 298-319.

BECK, Ulrich. The Cosmopolitan Condition: Why Methodological Nationalism Fails. **Theory, Culture and Society**, 24:7-8, 2007, p. 286-290.

BOURDIEU, Pierre. Existe-t-il une littérature belge? Limites d'un champ et frontières politiques. **Étude de lettres**, 3, 1985, p. 3-6.

_____. **The Field of Cultural Production: Essays on Art and Literature**. Ed. R. Johnson. Cambridge: Polity Press, 1993.

_____. **The Rules of Art: Genesis and Structure of the Literary Field**. Trad. Susan Emanuel. Stanford: Stanford up, 1996.

_____. The Social Conditions of the International Circulation of Ideas. In: **Bourdieu: A Critical Reader**. Ed. Richard Shusterman. Oxford and Malden: Wiley-Blackwell, 1999, p. 220-228.

_____. A Conservative Revolution in Publishing. Trad. Ryan Fraser. **Translation Studies**, 1:2, 2008, p. 123-153.

BROUILLETTE, Sarah. **UNESCO and the Fate of the Literary**. Stanford: Stanford up, 2019.

BUCHHOLZ, Larissa. What is a Global Field? Theorizing Fields beyond the Nation-State. **The Sociological Review**, 64:2, 2017, p. 31-60.

BUSTAMANTE, Mauricio. **L'UNESCO et la culture: construction d'une catégorie d'intervention internationale, du 'développement culturel' à la 'diversité culturelle'**. PhD Dissertation. Paris: EHESS, 2014.

CASANOVA, Pascale. **The World Republic of Letters**. Trad. M.B. DeBevoise. Cambridge: Harvard up, 2004 [1999].

CASANOVA, Pascale (ed). **Des littératures combatives. L'international des nationalismes littéraires**. Paris: Raisons d'agir, 2011.

CLEMENT, Jennifer. Opening Speech at 84th pen International Congress. **Pen International**, 12 Oct 2018. Web. 28 Sept 2020.

DAMROSCH, David. **What is World Literature?** Princeton: Princeton up, 2003.

DUCOURNAU, Claire. **La Fabrique des classiques africains: écrivains d'Afrique subsaharienne francophone**. Paris: CNRS Éditions, 2017.

ELIAS, Norbert. **The Civilizing Process**. Oxford: Blackwell, 1994.

EVEN-ZOHAR, Itamar. Russian and Hebrew: The Case of a Dependent Polysystem. In: **Poetics Today** 11:1, 1990, p. 97-110.

GITON, Céline. "UNESCO's World Book Policy and its Impacts," In: **UNESCO**, 16 Nov. 2015. Web. 29 Sept 2020.

GOURNAY, Bernard. **Exception culturelle et mondialisation**. Paris: Presses de Sciences Po, 2002.

HANNERZ, Ulf. Cosmopolitans and Locals in World Culture. In: Mike Featherstone (Ed.). **Global Culture: Nationalism, Globalization and Modernity**. London: Sage, 1990.

HEILBRON, Johan. Towards a Sociology of Translation: Book Translations as a Cultural World System. **European Journal of Social Theory**, 2: 4, 1999, p. 429-444.

HEILBRON, Johan. The Social Sciences as an Emerging Global Field. **Current Sociology**, 62:5, 2014, p. 685-703.

HUGGAN, Graham. **The Postcolonial Exotic: Marketing the Margins**. London: Routledge, 2001.

LEPERLIER, Tristan. Algérie. **Les Écrivains Dans La Décennie Noire**. Paris: CNRS Éditions, 2018.

McDONALD, Peter D. **Artefacts of Writing: Ideas of the State and Communities of Letters, from Matthew Arnold to Xu Bing**. Oxford: Oxford up, 2017.

MERTON, Robert K. **Social Theory and Social Structure**. Enlarged edition. New York: The Free Press, 1968.

MILO, Daniel. La bourse mondiale de la traduction: un baromètre culturel. **Annales** 1, 1984, p. 92-115.

MORETTI, Franco. Conjectures on World Literature. **New Left Review** 1, Jan-Feb 2000, p. 1-12.

NARAYANAN, Pavithra. **What are You Reading? The World Market and Indian Literary Production**. London: Routledge, 2012.

RENOLIET, Jean-Jacques. **La Société des Nations et la coopération intellectuelle (1919-1946)**. Paris: Publications de la Sorbonne, 1999.

RUNDLE, Christopher. **Publishing Translations in Fascist Italy**. Oxford: Peter Lang, 2010.

SAPIRO, Gisèle. The Literary Field between the State and the Market. **Poetics**, 31:5–6 2003, p. 441-461.

_____. Défense et illustration de ‘l’honnête homme’: les hommes de lettres contre la sociologie. **Actes de la recherche en sciences sociales**, 153, 2004, p. 11–27.

_____. L’internationalisation des champs intellectuels dans l’entre-deux-guerres: facteurs professionnels et politiques. In: Gisèle Sapiro (Ed.). **L’Espace intellectuel en Europe 19e-20e siècle**. Paris: La Découverte, 2009, p. 111-146.

_____. Globalization and Cultural Diversity in the Book Market: The Case of Translations in the US and in France.” **Poetics**, 38:4, 2010, p. 419-39.

_____. Strategies of Importation of Foreign Literature in France in the 20th Century: The Case of Gallimard, or the Making of an International Publisher. In: Stefan Helgesson and Peter Vermeulen (Ed.). **Institutions of World Literature: Writing, Translation, Markets**. London: Routledge, 2015, p. 143-159.

_____. Translation and Symbolic Capital in the Era of Globalization: French Literature in the United States. **Cultural Sociology**, 9:3, 2015, p. 320-346.

_____. Le champ est national? La théorie de la différenciation sociale au prisme de l'histoire globale. **Actes de la recherche en sciences sociales**, 200, 2013, p. 70-85.

_____. Field theory from a transnational perspective. In: Tom Medvetz and Jeffrey Sallaz (Ed.). **The Oxford Handbook of Pierre Bourdieu**. Oxford, Oxford up, 2018, p. 161-182.

_____. **The French Writers' War (1940-1953)**. Durham: Duke up, 2014.

_____. How Do Literary Texts Cross Borders (or Not)? **Journal of World Literature**, 1:1, 2016, p. 81-96.

_____. The Role of Publishers in the Making of World Literature: the Case of Gallimard. **Letteratura e Letterature**, 11, 2017, p. 81-94.

_____. Entre o nacional e o internacional: o surgimento histórico da sociologia como campo. **Sociedade e Estado**, 33: 2, 2018, p. 349-372.

_____. De l'internationalisation à la mondialisation: les grandes tendances du marché de la traduction en France au XXe siècle. In: Bernard Banoun, Isabelle Poulain and Yves Chevrel (Ed.). **Histoire des traductions en langue française**. Vol. XXe siècle. Paris: Verdier, 2019, p. 1-124.

_____. The Role of Festivals in the Making of World Authorship and the Construction of an Alternative Public Sphere. In: Tobias Boes, Rebecca Braun and Emily Spiers (Ed.). **The Oxford Handbook of World Authorship**. Oxford: Oxford up, 2020, p. 149-164.

SERRY, Hervé. **Naissance de l'intellectuel catholique**. Paris: La Découverte, 2004.

THIESSE, Anne-Marie. **Écrire La France: le mouvement littéraire régionaliste de langue française entre la Belle-Époque et la Libération**. Paris: PUF, 1991.

_____. **La Création des Identités Nationales. Europe xviii-xxe siècle**. Paris: Seuil, 1998.

_____. **La Fabrique de l'écrivain national. Entre littérature et politique**. Paris: Gallimard, 2019.

UNGUREANU, Delia. **From Paris to Tlön: Surrealism as World Literature**. London: Bloomsbury, 2017.

WALLERSTEIN, Immanuel. **World-Systems Analysis: An Introduction**. Durham: Duke up, 2004.

WEBER, Millicent. **Literary Festivals and Contemporary Book Culture**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2018.

WIMMER, Andreas and Nina Glick Schiller. Methodological Nationalism, the Social Sciences and the Study of Migration: an Essay in Historical Epistemology. **International Migration Review**, 37:3, 2002, p. 576-610.

XAVIER, Subha. **The Migrant Text: Making and Marketing a Global French Literature**. Montreal: McGill-Queens up, 2016.